

MUSEU DO IMIGRANTE E A MEMÓRIA OPRESSORA: A NECESSIDADE DE DECOLONIZAR O SILÊNCIO MUSEAL

IMMIGRATION MUSEUM AND THE OPRESSIVE MEMORY: THE URGE FOR DECOLONIZING MUSEUM'S SILENCE

Diego Bonatti (UFRGS)

d.bonatti22@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8775-6112>

RESUMO: A memória é um artefato cultural extremamente importante para pensar a identidade de um povo e sua história. No caso dos museus, instituições reconhecidas pela preservação da memória, identifica-se, ainda, a presença de decisões políticas e ideológicas que, por vezes, se sobrepõem aos fatos e tentam construir uma nova narrativa sobre o passado, agindo de forma opressora e silenciando narrativas. No caso dos museus de imigração, em geral pequenas instituições culturais espalhadas pelas cidades do interior do Sul do Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, é possível perceber não apenas a ausência de uma museologia, como também a imposição do uso político da memória, que exclui personagens da História local, criando, então, uma lacuna preenchida com silêncio. Por conseguinte, neste trabalho discute-se conceitos como decolonialidade (VÁZQUEZ, 2022), museologia social (BRULON, 2020; CURY, 2020; PEREIRA, 2020), memória (CANDAU, 2016; POLLAK, 1989), formação das comunidades (ANDERSON, 2008) e processos de silenciamento (ORLANDI, 1997).

PALAVRAS-CHAVE: museu de imigração; silêncio; decolonialidade; memória.

ABSTRACT: Memory is a cultural device extremely important when thinking the identity of a people and its history. Regarding the museums, which are institutions acknowledged by memory preservation, there is also the presence of political and ideological decisions that sometimes overlap historical facts and try making a new narrative about the past, acting in an oppressive way and silencing stories. Concerning the immigration museums - usually small cultural institutions located in the South of Brazil, in the countryside, more specifically in the state of Rio Grande do Sul -, the absence of a museology can be identified as well as the political use of memory, excluding characters of the local History, creating a gap filled only with silence. Thus, in this paper concepts like decoloniality (VÁZQUEZ, 2022), social museology (BRULON, 2020; CURY, 2020; PEREIRA, 2020), memory (CANDAU, 2016; POLLAK, 1989), formation of communities (ANDERSON, 2008) and silencing processes (ORLANDI, 1997) are discussed.

KEYWORDS: *immigration museum; silence; decoloniality, memory.*

1 Introdução

Existem diversas concepções sobre a formação cultural de um povo e seu território, desde as mais tradicionais, até as mais descentralizadas e inclusivas. E cada uma dessas visões é, ao mesmo tempo, inclusiva e excludente, assim como é construída a partir de posicionamentos ideológicos e ações políticas que se refletem diretamente em políticas públicas, em seus respectivos contextos.

Ao adentrar o tema da museologia, este campo cultural por vezes esquecido, atacado e cerceado por arbitrariedades políticas, faz-se necessário a realização de um recorte espacial. Diferentemente da capital Porto Alegre, onde grandes debates e disputas cercam a museologia e encontram grupos antagônicos e atuantes, como, por exemplo, no caso do Queer Museu¹, no interior do Estado ainda prevalecem práticas museológicas pouco atentas à formação cultural e étnica das cidades onde estão localizadas essas instituições.

Mais especificamente, discute-se, aqui, o papel e as ações dos Museus de Imigração, instituições dedicadas à preservação dos eventos importantes para os imigrantes e seus descendentes, exclusivamente. O fato de existirem organizações que cuidem da memória dos imigrantes europeus no Rio Grande do Sul não é um problema, até porque se reconhece a importância dos italianos, alemães, poloneses, portugueses, espanhóis, entre outros, para a formação cultural, econômica e social do Estado. Entretanto, o ponto de tensão está no fato de que, na maioria das vezes, essas instituições constituem a única fonte de preservação da memória presente em pequenas cidades em seus acervos, a presença hegemônica das culturas brancas como linha temporal-narrativa.

Falar somente de si, preservar apenas nossa memória enquanto brancos e impor a narrativa do desenvolvimentismo salvacionista europeu às terras “onde antes não havia nada²” pode levar os visitantes dos Museus de Imigração a pensarem que não existem pessoas negras,

¹ A exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em 2017, no Santander Cultural, em Porto Alegre, foi alvo de manifestações de grupos de direita e fascistas, que interpretavam as obras como exemplos de “ideologia de gênero”, “sexualização infantil” e desrespeito a figuras religiosas, entre outras pautas conservadoras. (MENDONÇA, 2017).

² A frase representa o pensamento presente em diversas instituições dedicadas à preservação da memória da imigração, de que antes da chegada dos europeus, aqui não existia nada, dando ideia de terra arrasada e desconsiderando, por exemplo, a presença de povos tradicionais.

indígenas e de outras etnias do interior do Estado. Pior ainda, invisibilizar a presença dos povos negros e indígenas na museologia pode omitir a escravidão que fundou o Rio Grande do Sul. A permanência desse *pacto narcísico* (BENTO, 2016), isto é, dos brancos que sabem o poder que dispõem, e por isso mesmo monopolizam as estruturas de poder a fim de protegerem-se uns aos outros, constitui a prática de uma museologia racista e cega. A repetição desse padrão nas instituições dedicadas à memória da imigração denuncia uma política de silenciamento não ocasional, mas sim voltada à manutenção dos privilégios da branquitude.

Assim, neste trabalho, discute-se a necessidade de descolonizar o museu, tanto os de imigração, quanto os demais. O referencial teórico privilegia conceitos como decolonialidade (VÁZQUEZ, 2022), museologia social (BRULON, 2020; CURY, 2020; PEREIRA, 2020), memória (CANDAU, 2016; POLLAK, 1989), formação das comunidades (ANDERSON, 2008) e processos de silenciamento (ORLANDI, 1997) identificados nessas instituições.

2 Silêncios fundantes

Conforme Eni Orlandi, na obra *As formas do silêncio* (1997), o silêncio constitui, ao contrário do que o senso comum possa pensar, uma forma de comunicação extremamente significativa. Embora o silêncio represente uma ausência, como se fosse uma ruptura no processo comunicativo, para a pesquisadora, ele constitui

[...] a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (ORLANDI, 1997, p. 13).

Neste sentido, Orlandi (1997) chama atenção para o aspecto relacional do silêncio, uma vez que é pelo processo social, isto é, de interação entre os sujeitos, que o silêncio é produzido. Por outro lado, a autora aponta que o silêncio é parte fundante da linguagem - ele está presente nas palavras à medida que “[...] elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 1997, p. 14). Embora o silêncio seja uma ocorrência substancial e original na linguagem, sua ocorrência não é ocasional, nem pode ser ignorada; conforme Orlandi, o silêncio “[...]é necessário à significação” (ORLANDI, 1997, p. 47), e, portanto, constitui um meio de comunicação.

Ao defender o silêncio enquanto forma de linguagem, Orlandi propõe uma interpretação do silêncio para além da frase, daquilo que foi dito. Ela atenta para a significação presente

justamente no subentendido, *no não dito*. Do mesmo modo, a autora realiza, ainda, uma diferenciação entre o silêncio e o implícito, sendo que o silêncio não necessita de palavras para significar, mas encontra sentido por si próprio, na ausência e nas diversas formas nas quais se manifesta. Por conseguinte, “O silêncio não é, pois, imediatamente visível e interpretável. É a historicidade no tecido textual que pode ‘devolvê-lo, torná-lo apreensível, compreensível.’” (ORLANDI, 1997, p. 60).

Apesar de necessário, de constituir parte importante do processo comunicacional e de compor um espaço de possibilidades e de refúgio, o silêncio pode ocorrer, por outro lado, como fruto de ações impositivas, opressoras. Ao aproximar as discussões teóricas da pesquisadora da Análise do Discurso sobre a realidade social, percebemos que nossas sociedades são formadas por diversos espaços no qual o silêncio age como característica fundante, imposta, por vezes. Seja no discurso da História oficial, em que a presença de grupos sociais oprimidos é negada, tais como as populações indígenas, negras da diáspora, mulheres, LGBTQI+, ciganas, com deficiência, entre outros, seja nos espaços sociais, em que ruas, pontes, estátuas, monumentos e edifícios homenageiam eternizam pessoas brancas, de classes sociais superiores, muitas vezes, honra-se a memória dos algozes desses grupos marginalizados.

Pensar que a preservação da memória pode ser um ato opressivo, ou que silencie a cultura e a presença de determinados grupos na sociedade nos leva, de imediato, a refletir sobre uma das principais instituições capacitadas para auxiliar nos processos de memória social. Os museus, que por definição são instituições quase “sagradas”, uma vez que a palavra que os define tem origem na mitologia grega: “A etimologia da palavra museu sugere o templo das musas, filhas de Mnemosine e Zeus. Também considera Museu o filho de Orfeu, que por sua vez é filho de Apolo, e sua missão poética no mundo.” (GUIMARÃES; BARBANTI, 1991, p. 8, *apud* CURY, 2020, p. 181). A “sacralidade” do museu clássico, nomeado a partir da titânide que personificava a memória, contraditoriamente, pode ser, por vezes, um espaço marcado pelo esquecimento.

O problema do silêncio e do esquecimento são situações que podem ser observadas, por exemplo, nos chamados “museus de imigração”, especialmente no Sul do Brasil. Essas instituições museais são dedicadas, quase que exclusivamente, à preservação da cultura oriunda dos povos que aqui encontraram abrigo, olvidando, entretanto, outros importantes grupos que formam não apenas a sociedade brasileira, como as próprias cidades que os imigrantes dizem ter fundado. Quando realizada pesquisa sobre a existência dessas instituições, percebe-se a variedade de organizações voltadas à preservação da memória de imigração, principalmente em

idades do Rio Grande do Sul – estado em que a migração europeia é expressiva. Assim, de modo a verificar a presença ou silenciamento da diversidade cultural nos museus de imigração, foi realizada visita em duas dessas instituições localizadas em duas cidades do Norte do Rio Grande do Sul.

3 Museus de imigração – visita a um passado “ideal”

A experiência de visitar um museu configura um ato de conhecimento de si e do outro, presente no acervo. De si, porque, de alguma forma, o sujeito pode se identificar com alguma história familiar, algum objeto que desperte lembranças de seus antepassados. E do outro, porque os artefatos de outra cultura levam à experiência da diferença, de curiosidade e tentativa de compreensão sobre outros modos de vida e de mundo. Contudo, a visita a um museu de imigração, por uma pessoa branca, nos museus visitados, constitui apenas a revisão de si, da própria história, da narrativa europeia, do trabalho, da imigração, etc. O aspecto da diferença, do novo, do desconhecido fica restrito a peças que hoje são obsoletas ou sobre as quais não se compreende o funcionamento. A presença ou a menção a outros grupos e culturas não está presente. É uma visita e adoração a si mesmo, como se fosse um ato narcísico.

Assim foi a visita nos dois museus, repletos de objetos, mas carentes de narrativas e de realidade das pessoas e processos que compõem a História. A fim de evitar questões jurídicas e preservar a identidade das pessoas e das instituições, referir-se-á a elas como Museu A e Museu B, sem mencionar o município onde estão localizados, porque, conseqüentemente, ficaria evidente sua identificação.

Figura 1: Identidade visual de um dos museus



Fonte: o autor (2023).

Ao chegar nos locais, é possível perceber a sensação de “improviso” dos museus, que expõem objetos de maneira aleatória, não criando uma narrativa sobre o acervo. Ao conversar com as atendentes dos locais, percebe-se, também, a falta de formação adequada para preservação, organização e cuidado para com o acervo, uma vez que, no Museu A, a responsável é formada em Pedagogia, e no Museu B, em Administração. Por se tratar de um local cultural, de memória e educação, pensa-se que o mais indicado para a gerência de um museu seria um(a) profissional formado(a) em Museologia, História ou áreas afins, que tivesse noções sobre museologia e formação cultural dos povos. Para além da falta de preparo profissional, destaca-se a situação dos prédios onde estão localizados os dois museus. Ambos estão em imóveis alugados e pequenos, que não valorizam nem o acervo, nem o potencial educacional das instituições, já que não possuem espaço de convivência, dificultando a visita e a permanência do público dentro dos locais.

Figura 2: Organização dos itens expostos



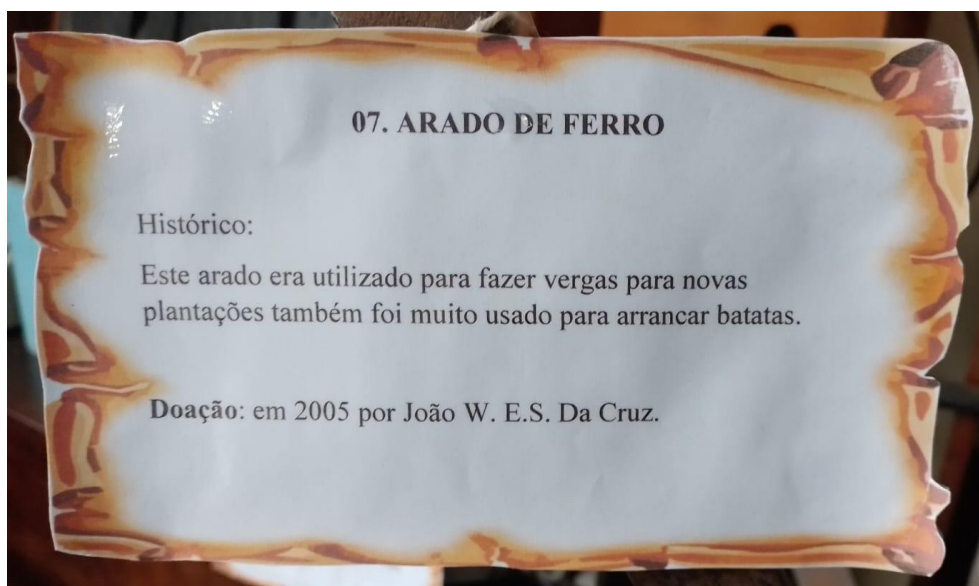
Fonte: o autor (2023).

Em relação aos acervos, percebe-se um senso de volta a um “passado idílico”, em que os processos que compõem a história local são vistos como lineares, homogêneos e, de certa forma, românticos, fundados na ideia de que o trabalho árduo dos imigrantes foi o que construiu os municípios. Esse aspecto é preocupante, porque cria uma linha histórica iniciada apenas a partir da presença europeia nos locais, como se o mundo fora da imigração não existisse ou não importasse, pois o único destaque nas instituições é para as culturas brancas e de origem europeia.

A hegemonia cultural branca, que se faz presente no acervo, pode ser percebida nos artefatos expostos, compostos por objetos como ferramentas de trabalho, o primeiro ou o último banco de uma igreja ou um cinema, a primeira televisão ou rádio, fotos de prédios sendo construídos e, principalmente, a memória política das cidades, sua emancipação, ex-prefeitos, ex-veredores, etc. Em análise preliminar, percebe-se a preservação de uma “memória desenvolvimentista” nesses museus de imigração, e que é o resultado, também, da própria formação social onde estão inseridos.

A memória presente nos museus de imigração visitados é, também, uma forma de exaltação e orgulho ao poder exercido por determinadas famílias locais, que dispunham de maior prestígio econômico e político. Tal aspecto pode ser observado nas etiquetas que nomeiam cada artefato, em que constam informações como: nome do objeto, data e a qual família pertencia e foi doada.

Figura 3: Exemplo de organização das informações acerca de um item exposto



Fonte: o autor (2023).

Cabe ressaltar que os dois museus, cada um em seu respectivo município, são as únicas instituições dedicadas à preservação da memória, cultura e história nessas cidades. Assim, quando se identifica a homogeneidade cultural branca presente nessas instituições, nomeadas como “de imigrantes”, apaga-se ou silencia-se a diversidade de outras culturas que formam a realidade onde estão inseridos. O Norte do Rio Grande do Sul é uma região reconhecida pela presença de diferentes povos indígenas, sendo que a maior reserva demarcada é a Terra Indígena Guarita, localizada entre os municípios de Erval Seco, Redentora e Tenente Portela; além desta, há a Terra Indígena de Nonoai, de Nonoai, e a Terra Indígena Kaingang, de Iraí. Também existem outras aldeias que buscam por demarcação, como é o caso da Terra Indígena Rio dos Índios, de Vicente Dutra – RS.

Mapa do Rio Grande do Sul, Brasil, mostrando as áreas indígenas por grupo étnico. O mapa inclui as fronteiras com o Paraguai, Argentina, Uruguai e Santa Catarina. As áreas indígenas são marcadas com círculos coloridos: amarelo para Kaingang, vermelho para Mbya Guarani, verde para Mista e branco com contorno preto para Não Identificada. Locais marcados incluem Rio dos Índios, Guarita, Rio da Várzea, Serrinha, Ventarra, Ligeiro, Carreteiro, Monte Caseros, Toldo de São Miguel, Borboleta, Salto Grande do Jacuí, Irapuá, Varzinha, Capivari, Santa Galo, Passo Grande, Parque do Itapua, Guarani de Águas Brancas, Pacheca, Água Grande, Lagoa dos Patos, Lagoa Mella e Lagoa Mangueira. A legenda no canto inferior esquerdo define os grupos étnicos. Uma escala de 0 a 150 km e uma seta norte estão no canto inferior direito.

Quando uma instituição decide preservar a “memória do progresso”, ou seja, da evolução tecnológica ou do avanço econômico, acaba por silenciar e invisibilizar os fatos da vida que não são agradáveis, belos, mas servem de orgulho ao cidadão dessas cidades. Refere-se, aqui, aos conflitos envolvendo agricultores que ganharam terras para colonizá-las e seus conflitos com as aldeias indígenas da região, embates dos quais já resultaram em mortes e prolongam-se até a atualidade. Salienta-se que não foi identificada a menção ou a presença de artefatos de outras matrizes culturais nos museus citados para além da branca de origem europeia. Tal apagamento pode levar à errônea interpretação do cidadão visitante do museu de que, antes da colonização europeia, a região era terra arrasada, de que ali não havia pessoas e de que foi o colonizador europeu quem levou o desenvolvimento e o progresso para aquele lugar. Nessa perspectiva, os museus de imigração criam memórias artificiais, que não condizem com a realidade e nem se preocupam com a pluralidade de vozes que compõem a História.

4 Memórias artificiais

O que os processos de memória de imigração, ou de colonização, revelam, na verdade, é a constituição de uma memória que visa sobrepor a *memória subterrânea*, da qual nos fala Pollak (1989), isto é, a memória que persiste na oralidade das pessoas, apesar da tentativa de apagamento ou imposição de uma “memória oficial”. Para o pesquisador, a memória pode ser interpretada enquanto um produto político, que pode ser manipulado pelo Estado a fim de sub-representar determinados eventos em detrimento de outros. Nestes casos, a imposição da narrativa oficial cria lacunas preenchidas pelo silêncio. Aqui, o silêncio não representa uma ausência de memória, mas sim uma forma reprimida. A tradição oral, neste caso, é exemplo da persistência de memória.

Um dos papéis da memória, em um museu de imigração, além do aspecto de preservação da cultura, é a intenção de

[...] manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. (POLLAK, 1989, p. 7).

Ao escolher manter a memória dessas duas cidades como originadas a partir da imigração europeia, esses dois museus estão criando tensão entre os tópicos de “memória individual” e “memória coletiva”, de que nos fala Candau (2016). Um dos aspectos mais proeminentes quando se fala sobre processos identitários são as memórias que compõem um sujeito e seus grupos. Ao preservar “a memória branca, europeia e desenvolvimentista” como sendo a característica fundante de um lugar, o museu está sobrepondo a memória individual de quem pensa não apenas o acervo, como também o papel da instituição. Ou então, as ações dessa organização estão privilegiando a memória de um grupo específico destes lugares, e que, a partir das coleções, trata-se de uma população branca, de uma classe social específica e de descendência europeia, excluindo, portanto, os sujeitos que não atendem a esses critérios.

Para Candau (2016), existem três níveis de memória, sendo elas a *protomemória* – a memória *habitus*, do inconsciente, automática e herdada, inclusive, nos processos de evolução humana; a *memória de alto nível* – descrita como uma habilidade e um ato intencional, ou não, do ser humano em processos de reconhecimento e recordação; e a *metamemória* – que diz respeito ao processo de representação do indivíduo acerca de suas memórias, como num

processo de elaboração. A metamemória é uma memória que pode ser compartilhada entre os grupos. Por fim, Candau diferencia, ainda, *memória forte* de *memória fraca*, sendo que a primeira é uma “[...]memória massiva, coerente, compacta e profunda” (CANDAU, 2016, p. 44), e que pode ser compartilhada em grupos pequenos. A memória fraca, por outro lado, não possui contornos definidos e pode ser entendida como uma memória superficial e que não é compartilhada pelos grupos.

Neste sentido, a memória de um grupo está intrinsecamente ligada à sua identidade, e não como algo distinto, separado:

Mesmo que ontológica e filogeneticamente a memória é necessariamente anterior em relação à identidade - essa última não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana, toma-se difícil consentir sobre a preeminência de uma sobre a outra quando se considera o homem em sociedade. De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (CANDAU, 2016, p. 19, grifos nossos).

Por conseguinte, memória e identidade são processos atrelados quando se pensa a constituição de um indivíduo. Embora a memória coletiva seja formada por memórias individuais em situação de grupo, observa-se que, de algum modo, somos aquilo que lembramos e esquecemos, ou, no caso dos museus, preservamos.

Outro aspecto que chama atenção nos acervos dos dois museus de imigração visitados é o papel da religião católica como característica marcante. Em ambos, é dado destaque à história do cristianismo nos municípios, a fundação e construção de suas igrejas, fotos de festas ou celebrações religiosas, a influência da igreja na constituição das primeiras escolas, instituições hospitalares, etc. No interior do RS, durante muito tempo e, principalmente na época da colonização das terras pelos imigrantes europeus, a igreja católica representava uma das únicas referências culturais para os cidadãos. Sua influência perpassava a saúde, a educação, e, até mesmo, a política, uma vez que, discretamente, os líderes católicos apoiavam seus candidatos nas eleições.

Um objeto que se destaca no acervo de um dos museus é uma capela, com mais ou menos um metro de altura, que foi construída e colocada sobre o tronco de uma árvore cortada, no caminho que formava a estrada que conduzia até o município onde está localizado o museu. O relato sobre esse objeto é de que os imigrantes, ao chegarem no lugar, só encontraram matas e “alguns caboclos que residiam perto do rio” (RELATO ORAL, 2022, [s.p.]), e nada mais no

espaço. Por isso, como uma espécie de “batismo da terra”, construíram o objeto sagrado, colocaram-no na entrada da cidade, escolheram um santo padroeiro, e, assim, começaram o processo de colonização do lugar, que consistia na derrubada de árvores para abertura de estradas e casas.

Figura 5: Capela de madeira



Fonte: o autor (2023).

Associada ao batismo e à criação de um lugar, somam-se os discursos e ideologias que fundam o mundo imagético do lugar e das pessoas. Anderson (2008) descreve o processo de criação e formação das *comunidades imaginadas*, isto é, de como, por detrás de uma unidade política que forma uma nação, existe um discurso que a funda, que torna o lugar envolto de significado. O nacionalismo, mas que no caso das cidades colonizadas por europeus pode ser

chamada de *localismo*, é implantado e perpetuado por meio da instância linguística – é a língua que molda, transmite valores, dá unidade àquela comunidade:

[...] nações são imaginadas como comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um "nós" coletivo, irmanando relações em tudo distintas. (ANDERSON, 2010, p. 12).

É por isso que é muito comum que, muitas vezes, em pequenas cidades do interior do RS, os cidadãos identifiquem-se como italianos, alemães, poloneses, entre outros. Não é apenas a descendência que os torna “pertencentes a outra nação”, mas sobretudo a prática linguística que os coloca numa posição de estrangeiros, como se fossem eternos migrantes, apesar da naturalidade brasileira. Essa situação de certo “deslocamento” e de constituição de uma comunidade imaginada e afastada da realidade social em que estão inseridos faz com que as cidades fundadas por imigrantes pensem seu patrimônio memorial também como resultado dessa homogeneidade cultural e étnica. Sendo assim, grupos e culturas importantes para a composição da sociedade ficam apagados e silenciados tanto na memória das cidades, quanto na dos cidadãos.

Nesse sentido, cabe retomar as discussões de Orlandi (1997) quando realiza uma distinção entre os tipos de silêncios existentes, dividindo-os entre silêncio fundante e política do silêncio. O silêncio fundante é aquele que “[...]existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço ao recuo significativo, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 1997, p. 23-24). Já na política do silêncio, subdividida em silêncio constitutivo, em que o significado está além daquilo que foi realmente dito, e silêncio local, que se refere à censura efetiva de algo em determinado contexto, todo ato enunciativo constitui um silenciamento, ou seja, diz-se (y) para significar (x). Sobre os tipos de silêncio a pesquisadora aponta que “A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.” (ORLANDI, 1997, p. 75).

No caso dos museus de imigração analisados, identifica-se a presença da política do silêncio como prática opressora de invisibilização e que institui o silêncio local como forma de censura às violências e disparidades cometidas principalmente contra as populações negra e indígena, assim como de outros grupos étnicos que compõem a cultura local. Ao ignorar a presença dos “caboclos” que ali residiam, ao afirmar que naquele lugar não existia “nada”, os museus de imigrantes estão, na verdade, empregando uma forma explícita de limpeza étnica da

história, um apagamento sistemático das reminiscências e da participação de outras culturas na formação dessas cidades. Em outras palavras, esses dois museus apresentam práticas que caracterizam uma imposição do poder opressor sobre os grupos minoritários.

De acordo com Mignolo (2018), os museus ainda constituem, na atualidade, um aparato do poder colonial no Ocidente. Ele identifica a presença da colonialidade como “[...]uma sintaxe subjacente que não só afeta o museu, mas todo o sistema socioeconômico e a formação de sujeitos.” (MIGNOLO, 2018, p. 323). Desde seu surgimento, no renascimento, os museus atendem à lógica colonial “[...] de converter e civilizar os habitantes do planeta que ainda estavam fora da história, os bárbaros e os primitivos.” (MIGNOLO, 2018, p. 311). Todavia, ao “colocá-los na historiografia oficial”, os colonizadores não apenas violam a cultura e os saberes desses povos, como também os representam de maneira estereotipada, racista, com uma narrativa salvacionista e da colonização como um evento de evolução e desenvolvimento.

Segundo Brulon (2020), o museu é uma instituição pensada nos moldes do pensamento iluminista, e sua difusão, principalmente no Ocidente, representa uma tentativa de classificar, organizar, racionalizar a cultura do outro de maneira científica:

A ligação dos museus e sua disseminação na Europa com a ideologia iluminista é marcada historicamente por uma postura assumidamente cientificista dessas instituições em relação aos contextos “desconhecidos” ou “inexplorados” das colônias. Não por acaso, o período das Luzes é quando se pode observar uma multiplicação sem precedentes dos museus no contexto europeu, período este caracterizado como a “Era dos Museus” na Europa pelos historiadores dessa instituição. Tais museus modernos (e coloniais) são elaborados, então, no bojo do sistema de pensamento racionalista do dito Ocidente, no qual as “coisas” materiais são organizadas de modo que possam ser observadas, contadas, pesadas e medidas pelo cientista enciclopedista que tem por finalidade o controle do mundo por meio do controle do saber. (BRULON, 2020, p. 6).

Quem controla a narrativa sobre a história detém muito poder, porque influencia, entre outros aspectos, a formação do imaginário das pessoas e, por consequência, de determinado local. No caso dos museus, mais especificamente os de imigração, o controle sobre as culturas e as memórias implica, por outro lado, na constituição e socialização de saberes que se perpetuam e determinam as visões sobre nós mesmos e os outros. É importante lembrar que a museologia é uma ciência que, assim como as demais, por muito tempo, compactuou com a criação do outro, do subalterno, do exótico e selvagem. À vista disso, os museus também têm responsabilidade e o dever de promover novos diálogos sobre questões relacionadas à raça, gênero, classe social e a forma como tais marcadores influenciaram a formação da sociedade brasileira atual. Assim, cabe questionar: Quantos silêncios existem nas prateleiras da

museologia brasileira? Quantas vozes deixam de ser ouvidas para que a narrativa branca permaneça intacta? Omitir-se perante o problema é errar duas vezes.

5 Considerações finais

Portanto, a instituição museal necessita, urgentemente, descolonizar-se e ser descolonizada, repensar práticas e voltar-se ao seu propósito perante as sociedades onde está inserida. Para tanto, é necessário fazer da museologia “[...] Um ato de desobediência epistêmica e estética em seu melhor estilo.” (MIGNOLO, 2018, p. 318). Para o teórico, os museus devem ser um espaço, sobretudo, de diálogo e reelaboração – assim como a sociedade se transforma e evolui, também as instituições de preservação da memória e da cultura devem se atualizar e atender às necessidades do mundo na constituição de “[...] uma sociedade justa e pluriversal.” (MIGNOLO, 2018, p. 324).

Conforme Vázquez (2022), o caminho decolonial possível para repensar os museus perpassa a adoção de novas epistemologias que guiem as práticas museais. Para o autor, é necessário investigar a representação de culturas que foram apagadas e silenciadas, de modo a superar a estrutura colonial de pensamento que estrutura as práticas dos museus. Assim, cabe à cada instituição implantar as chamadas “pedagogias decoloniais”, isto é, a adoção de práticas que impliquem na transformação estética e epistêmica e que desestabilizem a perspectiva de “conhecimento universal”. Descolonizar o museu requer a mudança no tratamento das culturas e nas questões de *relacionalidade*, em outras palavras, de meios mais democráticos e participativos de como proceder com as relações de poder. Apesar de o problema da colonialidade ser global e grande demais, o autor sugere que cada sujeito comece a pensar em práticas locais que estejam ao alcance de cada um, ressaltando o dever ético de cada pessoa em descolonizar, inclusive, a si mesmo.

No que diz respeito especificamente aos museus de imigração, urge a necessidade de repensar não apenas a identidade dessas instituições, como também as práticas que orientam seu fazer diário. A ausência de uma museologia que contemple a formação cultural e social dos municípios onde estão inseridos faz com que os museus de imigração perpetuem uma memória colonial sobre essas cidades, alheia à sociedade e distante do propósito da museologia de bases sociais. Como práticas possíveis para esses dois museus, considera-se importante a) revisão histórica da formação das sociedades onde estão inseridos; b) adoção de uma museologia que não considere apenas grandes feitos ou eventos como passíveis de musealização mas,

sobretudo, as práticas cotidianas; c) descentralização da visão acerca da imigração como evento fundante e única forma possível para identidade dessas cidades; d) implantação de novos olhares em relação à cultura local, principalmente a escuta e o acolhimento em relação aos povos que não estão representados no museu. A prática de uma museologia mais atenta à realidade e que se afaste do ideal colonizador de “progresso”, talvez, seja o caminho possível para que o silêncio museal, sob a forma de política do silêncio local, nos museus de imigração, seja atenuada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 25-55.

Brasil Turismo. *Áreas indígenas por grupos étnicos*. In: Brasil Turismo. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/mapas/areas-indigenas.htm>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-30, 2020.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CURY, Marília Xavier. A espiritualidade indígena na pauta da descolonização da museologia – a ressacralização do museu e as curadorias [inusitadas]. In: MAGALHÃES, Fernando. *et al.* (Orgs.). *Museologia e Patrimônio* – Vol. 3. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria, 2020. p. 179-208.

MENDONÇA, Heloisa. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. *El País*. São Paulo: 13 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html. Acesso em: 24 jan. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

PEREIRA, Marcele. Museologia, Nova Museologia e Museologia Social: interfaces e conjuntura. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). *Introdução à Socio Museologia*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020. p. 77-112.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

VÁZQUEZ, Rolando. Decolonial Pathways. In: SOARES, Bruno Brulon. (Org.). *Decolonising Museology* - Vol. 3. Paris: ICOM/ICOFOM, 2022. p. 22-31.

Artigo submetido em: 30 jan. 2023

Aceito para publicação em: 24 jun. 2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.129714>